



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

FASUBRA OFICIALIZA MEC SOLICITANDO REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO

A FASUBRA, seguindo a deliberação da última plenária, encaminhou ofício ao MEC, solicitando uma reunião para discutir com o novo ministro Ricardo Velez a pauta de reivindicações, protocolada naquele Ministério e parada desde o governo anterior, além da criação de uma agenda de discussão referente à data base 2019. Não houve retorno por parte do governo até a presente data. É importante salientar que a partir da posse do novo governo faz-se necessário cobrar as pautas protocoladas nas gestões anteriores. Este movimento também é acompanhado por outras entidades do serviço público federal, que após a reunião ampliada do FONASEFE dia 17, deve encaminhar pauta unificada ao governo.



OF. 012 / 2019 – SEC

Brasília, 29 de janeiro de 2019

Ao Excelentíssimo Senhor
Ricardo Véllez Rodrigues,
Ministro de Estado de Educação
Esplanada dos Ministérios, Bl L – 8º andar - Gabinete
Brasília/DF

Senhor Ministro,

Tendo em vista a posse do novo Governo no início de janeiro, a Direção da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) vem respeitosamente, solicitar reunião para instalar o processo de discussão sobre as reivindicações da Categoria. Na oportunidade colocamo-nos a disposição para a apresentação da Direção Nacional da FASUBRA.

Agradecemos a atenção dispensada ao nosso pleito, ao tempo que aguardamos breve resposta.


Antonio Alves Neto
Coordenador geral
FASUBRA Sindical

MEC - DIPROT	
RECEBI	
<input checked="" type="checkbox"/> ORIGINAL	<input type="checkbox"/> COPIA
Em: 29 / 01 / 2019	
Horas: 16 : 40	
	
NOME LEGÍVEL	


Rosângela Gomes Soares da Costa
Diretora
FASUBRA Sindical



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

OS NOVOS PRESIDENTES NO CONGRESSO E AS REFORMAS

Após a posse do Executivo e do Judiciário na semana passada, foi a vez da posse dos presidentes do Legislativo. Na Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reconduzido pela 3ª vez à cadeira de presidente por mais dois anos e, no Senado, o senador Davi Alcolumbri (DEM-AP) foi eleito em meio a uma sessão conturbada à Presidência do Senado.

Com uma renovação de 52% na Câmara e 85% no Senado, onde a grande maioria dos parlamentares se utilizaram do discurso da nova política, o que se observou na primeira votação foi **“mais do mesmo”**. Isto demonstra a característica conservadora do Congresso, que, com toda a diversidade apresentada pelos mais de 30 partidos que hoje compõem a Casa mantém o jogo político do toma lá dá cá!

Segundo dados do DIAP, ideologicamente, o Congresso atual é composto por 56% de parlamentares identificados como de direita e de centro-direita (338 deputados e 35 senadores), 25% de centro-esquerda e esquerda (134 deputados e 17 senadores) e 105 de centro (76 deputados e 29 senadores).

É nesse Congresso que serão votadas as reformas já anunciadas pelo governo Bolsonaro que mexem com a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos. O governo já anunciou esta semana que entregará a proposta da Reforma da Previdência, que será a tônica para as demais reformas. A luta da Federação será, mais uma vez, combater a proposta que ataca os nossos direitos. A tarefa da FASUBRA é atuar dentro das contradições deste parlamento conservador, pressionando os novos parlamentares, na Câmara e nos estados, para que não votem na proposta do governo. Além disso, a FASUBRA tem feito várias ações unificadas com os SPF, denunciando a proposta da reforma, com as seguintes ações: campanhas de mídias, preparando futuras ações jurídicas, orientando a base para a construção e a participação de comitês/frentes de mobilização nos estados e organização do calendário de enfrentamento no FONASEFE. É fundamental que nossas entidades de base estejam atentas para se mobilizar caso o governo coloque em votação a Reforma da Previdência.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

CENTRAIS SINDICAIS SE MOBILIZAM CONTRA A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO

Circula nesta semana na imprensa a proposta do governo para a Reforma da Previdência. Na posse dos deputados, realizada no dia 1º, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni - DEM, afirmou que o texto da Reforma da Previdência já estava pronto. Segundo ele, "o presidente só vai escolher", se referindo às diversas propostas em estudo pelo governo. "O presidente Jair Bolsonaro tem uma série de alternativas que vem estudando. Nós já combinamos que na próxima semana vamos dar continuidade. Quem vai ter a última palavra é o presidente". Pelo que se apresenta, esta proposta do governo a ser encaminhada pela Câmara aprofunda a reforma do governo anterior. Algumas propostas já estão sendo debatidas no Congresso. Em entrevista à rádio CBN, nesta terça-feira (5), o ministro afirmou que o texto final a ser apresentado ao Congresso será "muito diferente" da proposta apresentada pela equipe econômica. **(veja abaixo - fonte estádão):**

- Idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homem e mulher ao fim do período de transição.
- Tempo mínimo de contribuição de 20 anos para o INSS e de 25 anos para servidores públicos.
- Criação de gatilho para elevar idade mínima a cada 4 anos.
- Regra prevê tempo de contribuição de 40 anos para atingir 100% do benefício.
- Renda de R\$ 1 mil para pessoas com deficiência sem condição de sustento.
- Renda de R\$ 500 para baixa renda aos 55 anos ou mais e de R\$ 750 para baixa renda aos 65 anos ou mais.
- Restrição de pagamento do abono a quem recebe até um salário mínimo.
- Idade mínima de 60 anos para trabalhador rural e professor.
- Previsão de contribuição individual de produtores rurais para a Previdência.
- Vinculação de aposentadorias de militares estaduais às das Forças Armadas.
- Estados terão dois anos para adequar regras de militares às das Forças Armadas.
- Criação de sistema de capitalização a ser regulamentado por lei complementar.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Possibilidade de utilizar parte do FGTS no sistema de capitalização.
- Regimes próprios de servidores terão contribuições complementares.
- Acionistas e administradores respondem por dívida com INSS se houver dolo.
- Prevê idades menores para quem trabalha em condições prejudiciais à saúde.
- Limita acúmulo de pensão e aposentadoria com desconto progressivo.
- Pensão por morte prevê cota familiar de 50% mais 10% por dependente.
- Políticos terão que cumprir idade mínima de 65 anos e pedágio de 30%.
- Regra de transição por pontos, iniciando em 86, para mulheres, e 96, para homens.
- Pontos da transição serão elevados a partir de 2020 até limite de 105.
- Para professor, transição começa em 81 pontos, para mulheres, e 91, para homens.
- Pontos para professores serão elevados a partir de 2020 até limite de 100.
- Na transição de servidor, idade mínima sobe a 57, para mulheres, e 62, para homens, em 1.º de janeiro de 2022.
- Servidores também seguirão transição por pontos além da idade mínima.
- Integralidade e paridade de servidor valem para aposentadoria aos 65 anos.
- Previsão de idade mínima de 55 anos para policiais na transição.

Por outro lado, as entidades sindicais já se mobilizam para enfrentar mais este ataque. No último dia 24 de janeiro em São Paulo, ocorreu a reunião das Centrais Sindicais CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, NCST, Intersindical e CGTB que reafirmaram posição contrária a qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública. Também decidiram:

- Realizar um processo nacional de mobilização nas bases sindicais para preparar a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, no dia 20 de fevereiro, em São Paulo;
- Construir, na mesma data, o Dia Nacional em Defesa da Previdência Pública e contra o fim da Aposentadoria, com atividades, eventos e manifestações nas cidades.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Setores da sociedade civil também se mobilizam contra a proposta do governo. A CNBB no dia 31, se reuniu com dirigentes da CTB, CUT e Força Sindical para debater ações em defesa da aposentadoria pública. Nesta reunião o presidente da regional sul da CNBB Dom Pedro S. anunciou que a Campanha da Fraternidade 2019 da CNBB, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, propõe que a “sociedade reflita sobre a necessidade de promover uma cultura de paz em meio a tanta violência”. E o caminho, para a CNBB, pode ser por meio das Políticas Públicas.

A FASUBRA discutirá na reunião da direção ações a serem levadas para a plenária onde serão debatidas as novas táticas de enfrentamento a esta proposta do governo.

Levará também sua posição na reunião ampliada do FONASEFE. Conforme já deliberado na plenária de dezembro, reafirmamos às entidades de base o estado de alerta permanente contra a reforma da previdência. Neste período, o plantão da Federação tem acompanhado os trâmites da proposta na Câmara dos Deputados e no Senado.

Categoria realiza atos contra a IN 02 e em defesa das 30 horas nesta quarta (6)

Mais de 60% das Universidades Públicas hoje trabalham com a flexibilização da jornada de 30 horas. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) recomendou as entidades de base a lutarem pelos seus direitos. Nesta quarta-feira, dia 6 de fevereiro, atos serão realizados nas reitorias cobrando dos reitores posicionamento contrário à Instrução Normativa nº 2/2018, publicada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), no dia 12 de setembro de 2018, e em defesa das 30 horas.

A ação foi aprovada na última Plenária Nacional da FASUBRA, realizada entre os dias 7 e 9 de dezembro, em Brasília, ocasião em que a maioria das entidades de base presentes manifestou preocupações quanto aos posicionamentos dos gestores (reitores) das IPE (Instituições Públicas de Ensino), no que se refere à IN02 e à postura de adequação a essa Instrução Normativa, com efeitos diretos na flexibilização da jornada de trabalho/30 horas.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

A IN02 prevê que os servidores em atividades sindicais devem compensar as horas “não trabalhadas” e centraliza o controle das condições de trabalho no próprio Ministério – por meio do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) – no que diz respeito ao registro de frequência, banco de horas e afastamentos, o que a FASUBRA entende como um ataque à autonomia universitária e às conquistas do movimento sindical, o que representa um retrocesso aos direitos dos servidores públicos, conforme prevê o Decreto Presidencial nº 1.590/1995. A IN02 também estabelece o controle eletrônico de frequência obrigatório do servidor público em exercício na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Em parecer da Assessoria Jurídica da FASUBRA, recomenda-se que, “diante da autonomia administrativa das universidades, as entidades de base devem estabelecer tratativas diretas com as reitorias, com vistas a afastar a aplicação dos dispositivos que não encontram amparo no ordenamento jurídico”.

Somente a mobilização e a unidade das técnica-administrativas e dos técnico-administrativos em educação podem barrar os retrocessos impostos pela perseguição dos órgãos de controle, que fortalecem um ambiente antidemocrático em instituições de ensino, que deveriam garantir o espaço de debates críticos sobre a atual conjuntura do país, marcada pelo pensamento autoritário e o recrudescimento do conservadorismo.

FASUBRA PARTICIPA DA REUNIÃO DO FONASEFE

Orientamos as delegadas e delegados das Entidades de Base a permanecerem em Brasília até domingo dia 17/02, para participarem da reunião ampliada do FONASEFE.

Relatório da Reunião do FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais 30.1.19.

Sede da CONDSEF, 15h30.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Entidades presentes: **ASFOC-SN** (Apoena Faria/Assessoria) – **CONDSEF** (Rogério Expedito) – **CSP/CONLUTAS** (Gibran Jordão) - **FASUBRA** (Melissa Campos, Luiz Macena, Antonio Alves, Herivelton Ferraz, Marcos Otávio, Luan Badia, Rosangela Costa e Letícia F. Oliveira/Assessora de Imprensa) - **FENAJUFE** (Adilson Rodrigues, Gláucio Luiz da Silva e Luciano Beregeno/Assessor de Imprensa) – **FENASPS** (Laurizete A. Gusmão, Moacir Lopes, Daniel Emmanuel e Carlos Roberto dos Santos) – **SINAL** (Daro Marcos Píffer e Samuel Oliveira/Assessor de Imprensa) - **SINASEFE** (Paulo reis).

Pauta aprovada:

1. Informes das entidades e avaliação da conjuntura;
2. Organização da Reunião Ampliada do FONASEFE do dia 17.2.19; e
3. Demais encaminhamentos.

Iniciou-se a reunião às 16h e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Rogério Expedito (CONDSEF) e Adilson Rodrigues (FENAJUFE) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESF).

1. Informes das entidades e Avaliação da Conjuntura.

FENASPS - Em dezembro (16/12/2018), realizamos plenária Nacional da **FENASPS** e aprovado indicativo na Plenária dia 24 de janeiro/2019 de realizar Atos em todo País o **Dia Nacional do Aposentado nos Estados** realizaram Atos em defesa dos direitos das aposentadorias, do sistema de Previdência.

A Diretoria Colegiada da Federação realizará reunião de diretoria no dia 15/02, e no dia 16/02, às 11h, participará da reunião a ser realizada conjuntamente pelo Cfess, Fenasps e o Cress 6ª Região/MG, para tratar da Reforma da Previdência, do processo de reestruturação do INSS e seus impactos no desenvolvimento das ações e prerrogativas profissionais do Serviço Social, em Belo Horizonte (MG).



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Nesta reunião estará na pauta a situação de perseguição e assédio moral vivenciada pelos assistentes sociais do Estado de Minas Gerais nas gerências em: Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora e São João Del Rey. A Federação continua na luta em defesa dos direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, compondo as frentes em Defesa da Previdência Social e Serviço Pública e barrar as contrarreformas. Na segunda quinzena de janeiro/19 protocolamos pedido de audiência com o presidente do INSS, no Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, para discutir as pendências do acordo de greve e da pauta de reivindicações. A Fenasps requereu reunião com o Presidente do INSS para discutir a pauta e os efeitos que a MP 871, de 18/01/2019, terá na vida laboral dos servidores. A Federação participou dos Atos contra a extinção da Justiça do Trabalho, realizados no País. Em vários Estados integramos os Atos pela punição dos assassinos dos fiscais e servidores mortos em Unai/MG.

2. Organização da Reunião Ampliada do FONASEFE de 2019.

Ficou definida a data de 17 de fevereiro de 2019 para a realização da Reunião Ampliada do FONASEFE em Brasília. Foi reservado o Auditório da ADUNB (Localizado na Unb e com capacidade para aproximadamente 420 lugares) tendo sido descartado por não ter restaurantes para alimentação nas proximidades no domingo dia do evento, ficando o indicativo do o Hotel San Marco, localizado na zona central de Brasília a ser consultado a disponibilidade pelo SINASEFE.

Ficou definido o seguinte formato da Reunião ampliada:

Programação da reunião ampliada do Fonasefe

Local: Hotel San Marco – Setor Hoteleiro Sul - Quadra 05, Brasília – DF.

Data: 17 de fevereiro de 2019.

Objetivos:

1. Fazer a avaliação da conjuntura analisando os aspectos políticos e econômicos do governo atual, seus impactos nas mudanças do estado brasileiro buscando unidade de ação e estratégias de enfrentamento e de luta;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

2. discutir e debater a pauta da campanha salarial 2018 adequando-a a nova realidade bem como estabelecer um calendário de luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos.

8h - Início do credenciamento

8h30 MESA 1 - ASPECTOS CONJUNTURAIS: DESAFIOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E JURÍDICOS A SEREM ENFRENTADOS PELO MOVIMENTO SINDICAL

Abordagens sobre:

- 1- O novo cenário político e legislativo após as eleições; (DIAP) - 25 MIN
- 2- Os aspectos econômicos a serem enfrentados pelo novo governo e suas implicações para a sociedade; (Dieese) 25 MIN
- 3- Como o movimento sindical tem atuado na conjuntura atual e quais as propostas - (UM REPRESENTANTE POR ENTIDADE TITULAR DO FONASEFE) 2h.00MIN

11h30-- ALMOÇO

REUNIÃO DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PARA SISTEMATIZAR PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS DAS PLENÁRIAS DAS ENTIDADES.

13h30-- PLENÁRIO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

(30 Inscrições proporcionais as bancadas presentes de 3min)

15h30 – PLENÁRIO PARA APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

16h30 - ENCERRAMENTO



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Encaminhar em anexo a Pauta da campanha salarial de 2018 bem como texto aprovado na última plenária, como sugestão para discussão nas plenárias e reuniões setoriais das entidades. Ressaltamos que é importante ainda fazerem a discussão de calendário e data para lançamento da Campanha Salarial de 2019.

- Convidar uma representação das entidades sindicais de trabalhadores das estatais para participarem da Reunião Ampliada do FONASEFE

- A Comissão de entidades do FONASEFE para organizar as tarefas da Reunião Ampliada será composta pelas seguintes entidades: CONDSEF, FASUBRA, CPS/CONLUTAS, FENAJUFE, FENASPS e SINASEFE.

- Questionamento judicial das dívidas das empresas com o INSS. Encaminhar o tema para debate no Coletivo Jurídico do FONASEFE, que deverá reunir-se com a maior brevidade possível para aprofundar análise de conveniência e oportunidade de protocolo de documento e ou ação no STF, para que obrigue o INSS a cobrar as empresas que devem \$ trilhão referente dívida previdenciária e com a seguridade social.

3) Encaminhamentos e calendário.

1) Participação na Plenária Nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e similares (FENTECT) no dia 2.2.19 às 9h no auditório da ADUNB. Convidar as entidades do FONASEFE.

2) Indicar participação no ato do dia 5.2.19, em defesa da Justiça do Trabalho.

3) Organizar reunião com o Jurídico para debater a possibilidade de entrar com ação Judicial para cobrar os devedores da previdência e construção de um documento para ser entregue ao Presidente da Câmara dos Deputados, Senado, STF além da presidência e organismos internacionais denunciando onde estão os verdadeiros problemas da previdência.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

4) Dia 14/02 – Reunião da comissão organizadora para organizar as mesas da Reunião Ampliada e os ofícios a serem protocolados dentre outras demandas. A Comissão reunir-se-á no dia 14.2.19 na sede da CONDSEF às 9 horas (SCS Quadra 2 Ed. Wady Cecílio II, subsolo – Brasília/DF).

5) Dia 15.2.19 – Protocolar documento nas instituições e buscar a visibilidade de documentos através da Imprensa.

6) Dia 17 de fevereiro de 2019 Reunião Ampliada do FONASEFE.

Relatório elaborado por Rogério Expedito (CONDSEF) e Adilson Rodrigues (FENAJUFE) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESEF).

Saudações Sindicais

FONASEFE

MINISTRO DA SAÚDE FALA DE GASTOS E NÃO DE INVESTIMENTOS EM SAÚDE DURANTE A REUNIÃO DO CNS

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, participou da primeira reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS), na quinta-feira (30/01), ouviu os integrantes do conselho e respondeu a perguntas relacionadas à saúde. O ministro apresentou números, falou sobre a complexidade da pasta e destacou os gastos com a saúde brasileira.

Ao ser questionado sobre a EC 95, que congela os gastos com a saúde e educação, por exemplo, Luiz Henrique se limitou a dizer que o Ministério não é uma ilha. “É um governo com muita vontade de acertar na saúde, que reconhece a dificuldade, a complexidade. Não somos uma ilha, há uma crise econômica absurda no país, as contas públicas foram completamente massacradas e não somos imunes a isso. Somos um país que vai ter que se olhar no espelho e questionar se suas escolhas estão no caminho certo”, afirmou.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Durante a reunião, o ministro da Saúde disse que irá rever diversos setores e falou sobre a criação da Secretaria Nacional de Atenção Básica em substituição à Secretaria de Assistência à Saúde, sendo que o mote do Ministério será a atenção básica. “Tudo que existe no Ministério da Saúde pode ser questionado. Não tenham preconceito com a discussão. Sou parceiro para tudo que ouvi aqui hoje, mas o momento agora é o momento de cada um olhar para o que nós estamos fazendo com o que nós temos, o que dá para fazer melhor. Estou num cargo em que posso questioná-los para que a gente possa construir a nossa verdade coletiva”, lembrou.

Entre as revisões, Luiz Henrique disse que fará uma auditoria no modelo dos contratos com os hospitais públicos, que deve ser modificado. “Os hospitais públicos estão tendo gastos muito maiores do que os filantrópicos e entregando para a sociedade muito menos. Mas quanto tempo vamos pagar pela falta de eficiência do hospital público? Não existe verdade absoluta que não possa ser questionada. Vamos botar os números abertos e desnudar os feudos. Minha função talvez vai ser colocar para vocês as verdades”, alertou.

O ministro afirmou que não quer retrocesso na saúde indígena, mas reforçou a possibilidade de repassar parte da gestão para estados e municípios. Ele citou números com os gastos dos indígenas e criticou as ONGs. “Na saúde indígena nós gastamos R\$ 1,4 bi por ano, não tenho problema algum, poderia gastar R\$ 3 bi. Gasto com as ONGs R\$ 650 milhões, uma ONG leva R\$ 490 milhões, do meu estado, do município de Dourados/RS, os outros cerca de R\$ 700 milhões, a gente gasta de atividade meio - com avião, com transporte, com carros e motoristas. Aviões pagos com recursos do SUS, escrito na lataria Ministério da Saúde, a serviço do Governo Federal, com tráfico de droga dentro porque o traficante ganhou a licitação e o SUS é uma excelente maneira de você fazer tráfico”, criticou complementando que a aeronáutica deve ficar com a parte do transporte aéreo”.

Quanto ao Mais Médicos, o ministro disse que o programa tinha problema de princípios. “Quando você erra no início você vai errar sempre. Pessoas não são coisas, não se compra trabalhador. Um país não pode negociar com outro país pessoas”. Ele assegurou que os mais de 8 mil médicos que deixaram o país de volta a Cuba já foram substituídos.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Visão da FASUBRA Sindical - defender o SUS 100% público, universal e equânime é urgente e imprescindível

Para a representante da FASUBRA Sindical no CNS, a técnica-administrativa em educação Jupiara Gonçalves de Castro, o ministro discorreu sobre uma série de assuntos, mas não disse, efetivamente, qual é o projeto do Ministério para a saúde brasileira. “Ele não fala da necessidade de investimento para a saúde e culpa mais uma vez a corrupção. Quando ele responde questionamentos sobre os indígenas, ao invés de manter a política para a saúde da população indígena, ele culpa o narcotráfico. Então este é um dos problemas. O governo continua se escondendo atrás dos problemas que existem. Quando a gente fala que o SUS tem que ser universal, ele tem que ser equânime, ele tem que atender a população brasileira com dignidade porque é dinheiro dos nossos impostos e a EC 95 estrangulou um sistema de saúde elogiado no mundo inteiro”, rebate Jupiara.

A técnica-administrativa em educação lembrou que o atual governo tem o projeto de fatiar o que dá lucro para o país, inclusive a saúde. “Hoje você vê, não é que a saúde está ruim porque o projeto é ruim. A saúde brasileira está ruim por falta de financiamento e isso é uma posição política dos governantes. A ideia é doar, não é vender, é doar tudo que é público para o capital internacional e nacional”, lamenta.

Na opinião de Jupiara, quem vê a saúde como mercadoria fala de gasto, quem encara a saúde como um bem da humanidade, fala de investimento. “Não acho que temos gasto, acho que temos investimento. Temos que perceber, como foi recentemente o caso em Brumadinho/MG, quem está presente efetivamente? É o SUS, é o serviço público, não são as iniciativas privadas. Estamos vivendo um momento de grande contradição. O ministro quer mostrar para a sociedade brasileira que, se o sistema de saúde é ruim, a responsabilidade é do sistema e em última instância dos usuários”.

CNS e Fentas

Pela primeira vez, a FASUBRA Sindical é titular no CNS, com direito a voto. A FASUBRA, desde 1990, começou a discutir a sua participação no CNS. “Somos vistos como uma entidade de educação, mas a gente



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

forma trabalhadores e trabalhadoras em todos os níveis da sociedade. Começamos na década de 90 a reivindicar esse espaço e, depois de muito trabalho, passamos a integrar tanto o Fentas quanto o CNS. Essa eleição foi muito rica, foi um debate feito com todas as entidades que compõem o Fentas e, pela primeira vez, somos titulares, com assento no CNS e direito a voto. Sempre tivemos voz ativa, mas não tínhamos voto”, comemora Jupiara. A técnica-administrativa Eurídice Ferreira de Almeida também representa a FASUBRA no Fentas e participou da reunião do CNS na qualidade de observadora.

O Fentas (Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde) é uma frente que agrega os trabalhadores da saúde e que se reúne para discutir as políticas dos trabalhadores que serão apresentadas ao conjunto do CNS, que é instituído da seguinte forma: 50% são usuários, 25% trabalhadores, os outros 25% é dividido entre prestadores de serviços e governo. O CNS é um órgão deliberativo e tem a responsabilidade de fiscalizar o SUS, além de formular as políticas públicas de saúde.

É competência do CNS, dentre outras, aprovar o orçamento da saúde assim como acompanhar a sua execução orçamentária. Também cabe ao pleno do CNS a responsabilidade de aprovar a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde.

Nesta quarta-feira (30), Jupiara e Eurídice participaram de reunião do Fentas e, nos dias 31/01 e 1º de fevereiro, de reunião do pleno do CNS.

INFORME DOS APOSENTADOS

A Coordenação de Aposentadas(os) e Assuntos de Aposentadoria da FASUBRA lembra aos sindicatos de base que, de acordo com o Planejamento Estratégico da Coordenação, para a Gestão 2018/2021, os encontros regionais deverão acontecer nos seguintes meses: março - Região Sul

Abril - Regiões Centro-Oeste e Sudeste

Maio - Regiões Norte e Nordeste

Esses encontros servirão de base para a formulação do V Encontro Nacional de Aposentadas(os) e Aposentadas (os), a ser realizado em setembro próximo.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Portanto, solicitamos aos sindicatos interessados em sediar os encontros regionais, que comuniquem com a Coordenação de Aposentadas(os) para que possamos agendar as datas e dar os encaminhamentos necessários.

CALENDÁRIO

FEVEREIRO

01 a 08	Rodada de Assembleias
06	Dia Nacional de Lutas - Mobilização/atos na base cobrando posicionamento dos reitores contrários à IN02 e em defesa das 30h
13 e 14	Reunião da Direção Nacional da FASUBRA
13	Reunião do FENTAS
14 e 15	Reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
15 e 16	Plenária Nacional da FASUBRA
17	Reunião Ampliada do FONASEFE
20	Plenária das Centrais Sindicais

MARÇO

02 a 05	Participação no carnaval, criando blocos carnavalescos próprios, que tenham dentre outros temas a defesa dos trabalhadores, justiça por Marielle e a defesa da educação pública.
08	Dia Internacional da Mulher – Justiça para Marielle!
15 e 16	Reunião da Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais Federais das IPES